

RESOLVE:
I – Constituir a **COMISSÃO DE AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR DA SUPERVISÃO TÉCNICA DE SÃO MATEUS/CRS.Leste**, composta pelos seguintes servidores:
PRESIDENTE
SILVANA FERREIRA GOMES
RF 770.008.3
COMISSÁRIA
SIMONE LEON OLIVEIRA
RF 635.759.8
II – A Comissão de Averiguação Preliminar ora nomeada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades funcionais das ocorrências nas unidades e sede de competência da Supervisão Técnica de Saúde;
III - A designação dos servidores é feita sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos e funções;
IV – Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários no interesse da Municipalidade;
V – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE

ASSUNTO: ADIANTAMENTO - JULHO/2020
RESPONSÁVEL: CÉLIA MASSUMI ICHICAVA
UNIDADE: CAPS ADULTO PERDIZES
I - 6018.2020/0041516-6 - Em face dos elementos constantes no presente e no uso das atribuições a mim conferidas pelos Decretos nºs 23.639/1987 e 59.171/2020, AUTORIZO a emissão das Notas de Reserva, Empenho e Liquidação no valor de R\$ 446,25 (quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e

cinco centavos), para fazer face à despesas de Pequeno Vulto, Manutenção de Bens Móveis e Conservação e Adaptação de Bens Imóveis, no mês de JULHO 2020, com fundamento na Lei Municipal nº 10.513/1988, art. 2º, incisos I, II e III, Decretos nºs 48.592/2007, artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 15º e 17º; 29.929/1991, 41.306/2001 e 41.394/2001; Portarias nºs: SF 77/2019; 411/2006-SMS.G e 210/2018-SMS.G, em nome da servidora CÉLIA MASSUMI ICHICAVA, Registro Funcional 582257.2/2, CPF 584.309.209-78, onerando a dotação orçamentária 84.27.10.30.1.3003.2.509.3.3.90.39.00.00.96.01.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE

ASSESSORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
ADIANTAMENTOS BANCARIOS DO MÊS DE JULHO/2020

A vista dos elementos constantes do presente, **AUTORIZO** a emissão das Notas de Empenho e Liquidação, onerando a dotação: 84.23.10.301.3003.4.101.3.3.90.39.00.00, para fazer face às despesas através de ADIANTAMENTO BANCARIO, conforme Decreto 23.639/87, Lei Municipal 10.513/88, art. 2º, incisos I, II e III, Decreto 48.592, de 06/08/07, Decreto 29.929/91, Decreto 46.209/05, Portaria Intersecretarial 01/05-SMS/SMS/ SMG/05, Portaria SMS-G 411/2006; Portaria SF 026/08; Portaria SF 77 de 11/03/2019 e Portaria SF 151 de 29 de outubro 2012: visando a manutenção das atividades das seguintes Unidades das Supervisões Técnicas de Saúde desta Coordenadoria:

PROCESSO	RESPONSÁVEL	UNIDADE	VALOR R\$
6018.2020/0040471-7	MARCIA REGINA VASCONCELLOS PINTO GRASSO	CRS NORTE	1.500,00
TOTAL			1.500,00

AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 078.2020 AHM/SUP.G

A SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei nº13.271, de 04 de janeiro de 2002, bem como as normas previstas no Decreto nº50.478, de 10 de março de 2009, além das competências delegadas através das Portarias nºs 790/2017-SMS.G e da 632/2019-SMS.G;
Considerando a necessidade de ordenação interna dos processos e procedimentos administrativos;
Considerando a necessidade de adequações das ações e serviços de saúde às necessidades assistenciais e ao orçamento previsto para o exercício de 2020;
Considerando o período de exceção instalado em âmbito nacional em decorrência dos atos de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do coronavírus, reconhecidos pela Lei Federal nº13.979/2020 e através do Decreto Municipal nº59.283/2020;
Considerando o Estado de Calamidade Pública solicitado pela Presidência da República, por meio da Mensagem nº93, de março de 2020, ora reconhecido pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº06/2020, sendo que nesta Municipalidade de São Paulo fora reconhecido pelo Decreto nº59.291, de 20 de março de 2020;
Considerando a concomitância da expiração da vigência dos ajustes abaixo relacionados, o que exige métodos de integração operacional, no intuito de evitar a expiração dos prazos e assegurar a manutenção dos serviços e ações de saúde dada a impossibilidade de solução de continuidade;
Considerando o disposto no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 8.080/90;

Resolve:		
Art. 1º	Autorizar a prorrogação da vigência dos Contratos de Gestão e Termos de Convênios, vinculados aos Planos de Trabalho abaixo relacionados, pelo período de 03(três) meses, a contar do dia 1º de julho de 2020, bem como a oportuna emissão das correspondentes notas de empenho, utilizando-se como teto máximo de referência os valores de custeio praticados no último trimestre de 2020, salvo pactuações específicas do interesse da Administração Pública, sob-responsabilidade e gestão desta Autarquia Hospitalar Municipal.	
SINPROC / SEI	Contrato de Gestão Termo de Convênio	Organização Social
2016-0.062.861-0	Contrato de Gestão 001/2018 – NTCSS/SMS.G	SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
2006-0.340.086-4	Contrato de Gestão 002/2007 – NTCSS/SMS.G	Casa de Saúde Santa Marcelina
2007-0.091.788-4	Contrato de Gestão 003/2007 – NTCSS/SMS.G	CEIAM – Centro de Estudos e Pesquisas – Dr. João Amorim
2007-0.384.135-8	Contrato de Gestão 004/2008 – NTCSS/SMS.G	CEIAM – Centro de Estudos e Pesquisas – Dr. João Amorim
2007-0.387.265-2	Contrato de Gestão 006/2008 – NTCSS/SMS.G	SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
2008-0.294.725-1	Contrato de Gestão 013/2008 – NTCSS/SMS.G	IRSSL – Organização Social Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
6110.2019/0005666-0	Contrato de Gestão 001/2020 – SMS.G/AHM	INTS – Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde
6110.2019/0011250-1	Contrato de Gestão 002/2020 – SMS.G/AHM	IABAS – Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde
2016-0.097.110-1	Termo de Convênio 001/2016 – NTCESS/SMS.G	Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo
2011-0.105.353-0	Termo de Convênio 002/2011 – NTCESS/SMS.G	CEIAM – Centro de Estudos e Pesquisas – Dr. João Amorim
2011-0.205.146-9 (6110.2018/0010033-1)	Termo de Convênio 001/AHM/2012	SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
2011-0.203.407-6 (6110.2018/0010040-4)	Termo de Convênio 002/AHM/2012	SECONCI – Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo
2015-0.166.721-8 (6110.2018/0010039-0)	Termo de Convênio 001/AHM/2015	SECONCI – Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo
2011-0.203.414-9 (6110.2018/0009953-8)	Termo de Convênio 003/AHM/2012	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Albert Einstein
2014-0.163.310-1	Termo de Convênio 012/SMS.G/2014	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Albert Einstein
6018.2020/0025152-0	Termo de Convênio 001/AHM/2020	Cruz Vermelha Brasileira – Filial de São Paulo

Art. 2º Os procedimentos administrativos deverão ser regularmente instruídos, com os seguintes elementos, como condição necessária para a eficácia da presente autorização:
a) manifestação da entidade sobre o interesse na manutenção do ajuste;
b) manifestação da Coordenadoria de Finanças e Orçamento;
c) juntada da documentação relativa à regularidade jurídico-fiscal atualizada;
d) emissão dos pareceres técnicos conclusivos em relação à continuidade dos ajustes;
e) emissão de parecer jurídico-formal sobre a regularidade da minuta e da documentação relativa à regularidade jurídico-fiscal da entidade;
f) Termo de Aditamento, a ser devidamente formalizado e assinado pelas partes, contendo o cronograma de execução físico-financeiro para o período;
g) Publicação de Extrato do Aditamento no Diário Oficial do Município contendo:
g1) valores mensal e/ou trimestral;
g2) o nome da entidade e CNPJ;
g3) a dotação correspondente e nota de reserva, acaso aberto o SOF;
g4) o período de vigência;
g5) o objeto do ajuste;
h) período razoável de antecedência em relação à expiração do prazo previsto no artigo 1º, deverá ser pactuado com as entidades, segundo diretrizes orçamentárias, financeiras e assistenciais, novos Planos de Trabalho para o restante do exercício de 2020.
Art. 3º Os instrumentos contratuais específicos para atendimento da pandemia do Coronavírus devem ser tratados de forma individual, especificando, quando possível, o prosseguimento ou não do contrato originário, periodicidade, valor unitário e valor global, dotação orçamentária, plano de trabalho e plano orçamentário, manifestação da área técnica e demais atos administrativos quanto às autorizações das Autoridades competentes em relação a sua execução, observando as condições de eficácia descritas no artigo 2º desta Portaria.
Art. 4º As dúvidas e os casos omissos serão dirimidos pela Superintendência e pela Assessoria Técnica do Núcleo de Avaliação de Resultados – NAR/AHM.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ASSESSORIA JURÍDICA

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0010338-5
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2020/0010338-5 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar desta Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:
II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar, em atendimento ao princípio de eficiência;
III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização a “GM DOS REIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.” se deu por outros motivos sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para o que o evento ocorresse.
DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0014993-6
I – À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo 6110.2019/0014993-6, em especial a manifestação da área técnica da unidade hospitalar, HMFMPR e da Assessoria Jurídica RECONHEÇO E AUTORIZO nos termos do inciso XV, do artigo 12, da Lei Municipal n.º 13.271/02, alterada

pela Lei Municipal n.º 14.669/08 e Decreto 44.891/2004, com fundamento no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a despesa a ser paga a título de indenização, em favor da empresa STRYKER DO BRASIL LTDA, CNPJ: 02.966.317/0001-02, no valor de R\$ 22.763,81 (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos) 18/04/2017 até 19/08/2017 visto não haver saldo de empenho para o pagamento extemporâneo das seguintes notas fiscais, 23497, 25354, 24836, 22132, 22456 e 24045.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0003317-2
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2019/0003317-2 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar desta Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:
II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar, em atendimento ao princípio de eficiência;
III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização tratado nos autos do processo se deu por outros motivos sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para que o evento ocorresse.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002296-2
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002296-2 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002159-1
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002159-1 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002569-4
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002569-4 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0003370-9
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo 6110.2019/0003370-9 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar desta Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009 DETERMINO:
II – o ARQUIVAMENTO do presente, nos termos do inciso II, do artigo 102, do Decreto Municipal nº 43.233/03 e art. 201, parágrafo 3º, inciso II da Lei nº 8.989/79, vez não haver infração funcional de servidores, portanto, incabível a responsabilidade em atos de improbidade administrativa ou outra pretensão punitiva por parte da Administração em face de seus funcionários(as), pelos motivos fáticos ora demonstrados.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002681-0
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002681-0 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002592-9
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002592-9 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002648-8
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002648-8 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002249-0
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002249-0 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002715-8
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002715-8 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal

através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0002008-0
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0002008-0 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0001974-0
I - À vista dos elementos constantes no Processo SEI nº 6110.2020/0001974-0 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009, DETERMINO que a referida 4ª Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito desta Autarquia Hospitalar Municipal através da Portaria nº 129/2019 – AHM.G, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias, relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0007236-6
I – À vista dos elementos constantes no presente, com fundamento no artigo 12, inciso XII, da Lei Municipal nº 13.721/2002, alterada pela Lei Municipal nº 14.669/2008, conforme disposto nos artigos 38 e 40 da Lei nº 8.666/93 e dada a competência delegada pela Portaria nº 117/2018 – AHM.G, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 234/2020 objetivando a contratação de empresa para fornecimento em consignação de materiais já padronizados, para cirurgias de COLUNA, com comodato de equipamentos e instrumentais, na modalidade de ATA (ARP), pelo período de 12 (doze) meses, a serem utilizados nas unidades hospitalares pertencentes à Autarquia Hospitalar Municipal, conforme Termo de Referência, designando para a condução do certame a Comissão Permanente de Licitação instituída através da Portaria nº 066/2020/AHM.G.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2020/0010661-9
I – À vista dos elementos constantes no presente, com fundamento no artigo 12, inciso XII, da Lei Municipal nº 13.721/2002, alterada pela Lei Municipal nº 14.669/2008, conforme disposto nos artigos 38 e 40 da Lei nº 8.666/93 e dada a competência delegada pela Portaria nº 117/2018 – AHM.G, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 239/2020 AHM, no qual se objetiva o Registro de Preços para contratação de empresa visando “entrega, em consignação, de materiais já padronizados de trauma ortopédico de mão e membros superiores para atendimento de cirurgias ortopédicas”, com os seguintes itens: 242 (duzentas e quarenta e duas) unidades de “placa distal de rádio para região volar” (item 1.1), 1670 (mil seiscentas e setenta) unidades de “parafusos bloqueados em titânio ou aço inoxidável” (item 1.2), 338 (trezentas e trinta e oito) unidades de “parafusos corticais em titânio ou aço inoxidável” (tem 1.3); 5 (cinco) unidades de “placa para mão” (item 2.1), 24 (vinte e quatro) unidades de “parafuso cortical” (item 2.2) e 48 (quarenta e oito) unidades de “parafuso de bloqueio” (item 2.3); 82 (oitenta e duas) unidades de “placa para rádio pré-moldada” (item 3.1), 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) unidades de “parafuso de bloqueio” (item 3.2) e 108 (cento e oito) unidades de “parafuso cortical” (tem 3.3), conforme o Termo de Referência, pelo critério de menor preço global e prazo de 12 (doze) meses, designando para a condução do certame a Comissão Permanente de Licitação instituída através da Portaria nº 178/2018/AHM.G.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0002683-4
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo 6110.2019/0002683-4 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar desta Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir, com fundamento na competência atribuída pela Lei Municipal 13.271/2002, alterada pela Lei Municipal 14.669/2008, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/2009 DETERMINO:
II – o ARQUIVAMENTO do presente, nos termos do inciso II, do artigo 102, do Decreto Municipal nº 43.233/03 e art. 201, parágrafo 3º, inciso II da Lei nº 8.989/79, vez não haver infração funcional de servidores, portanto, incabível a responsabilidade em atos de improbidade administrativa ou outra pretensão punitiva por parte da Administração em face de seus funcionários(as), pelos motivos fáticos ora demonstrados.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0004242-2
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2019/0004242-2 em especial, a conclusão da Terceira Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:
II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Terceira Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da AHM, em atendimento ao princípio de eficiência.
III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização tratado nos autos do processo foram amplamente justificados sem que houvesse contribuições de servidores ativos ou inativos para que o evento ocorresse.

DESPACHO
PROCESSO Nº 6110.2019/0002668-0
I – À vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 6110.2019/0002668-0, em especial, a conclusão da Quarta Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:
II – A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido processo de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Quarta Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da sede da AHM, em atendimento ao princípio de eficiência.
III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que o pagamento efetuado a título de indenização tra-